



Série Especial sobre a COVID-19

As notas da série especial são produzidas por peritos do FMI para ajudar os países membros a enfrentar os efeitos econômicos da COVID-19. As opiniões expressas nessas notas são as do(s) autor(es) e não representam necessariamente os pontos de vista do FMI, de sua Diretoria Executiva ou de sua Direção-Geral.

Julho de 2021

Igualdade de gênero e a Covid-19: políticas e instituições para mitigar a crise

Vincent Tang (FMI), Aroa Santiago (PNUD), Zohra Khan (ONU Mulheres), David Amaglobeli (FMI), Esuna Dugarova (PNUD), Katherine Gifford (ONU Mulheres), Laura Gores (FMI), Jiro Honda (FMI), Alexander Klemm (FMI), Carolina Renteria (FMI), Alberto Soler (FMI), Silke Staab (ONU Mulheres), Carolina Osorio-Buitron (FMI), Qianqian Zhang (FMI)

RESUMO

A crise provocada pela Covid-19 ameaça décadas de avanços para mulheres e meninas, com impactos desproporcionais em termos de renda, emprego e oportunidades educacionais, aumentando as pressões do cuidado não remunerado e alimentando a “pandemia paralela” da violência de gênero. Os países devem implantar políticas e orçamentos sensíveis ao gênero para ajudar a mitigar os impactos de curto prazo e lidar com fatores estruturais de longo prazo da desigualdade de gênero. Caso contrário, correm o risco de sofrer sequelas de longo prazo e de reduzir as perspectivas de uma recuperação sensível ao gênero. Esta nota examina como países no mundo inteiro estão a enfrentar esse desafio, com base no [Rastreador Global das Respostas à Covid-19 em Termos de Gênero](#) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)/ONU Mulheres. A nota propõe outras recomendações em termos de política fiscal (tributária e de gasto) para lidar com os impactos da Covid-19 no âmbito do gênero, delineando como a orçamentação sensível ao gênero pode apoiar a formulação estratégica e a implementação eficaz de políticas sensíveis ao gênero.

I. INTRODUÇÃO: A COVID-19 E O SEU IMPACTO NAS DISPARIDADES DE GÊNERO

A pandemia pôs em risco décadas de avanços no campo da igualdade de gênero. As disparidades de gênero na saúde e na educação estavam diminuindo havia décadas antes da pandemia, embora

continuam a ser significativas em certas áreas, como a participação na força de trabalho e emprego.¹ A crise ameaça reverter o progresso no mundo inteiro.²

- *Mulheres e meninas estão na linha de frente da pandemia e sofrem o impacto desproporcional da pobreza.* As mulheres representam 70% da **força de trabalho na saúde e assistência social** na resposta à pandemia, expondo-se ao risco de infecção e criando preocupações acerca da sua saúde e segurança.³ A pandemia está prestes a empurrar mulheres e meninas para a **pobreza extrema**, elevando as taxas de 11,7% em 2019 para 12,5% em 2021 (e as taxas para homens e meninos, de 11,3% para 12,1%). É possível que os níveis anteriores à pandemia não sejam retomados antes de 2030.⁴
- *A violência de gênero está aumentando.* O volume de denúncias de **violência doméstica** aumentou consideravelmente com o confinamento e o isolamento social exacerbando o perigo que as mulheres enfrentam em casa.⁵
- *As mulheres estão enfrentando enormes desafios em termos de emprego.* Mais do que em crises econômicas passadas, a crise causada pela Covid-19 está afetando setores da economia com uma **grande parcela de trabalhadoras**, como varejo, hotelaria, serviços alimentícios e o setor têxtil.⁶ Em decorrência de desigualdades de gênero pré-existentes, as mulheres também tendem a ter **empregos menos estáveis**, como o trabalho em meio período. Nos países de baixa renda, mais de 80% dos empregos das mulheres estão no setor informal, com menos estabilidade, proteção social e remuneração. Como resultado do confinamento e fechamento de creches, as mulheres – que já se ocupavam da maior parte do cuidado não remunerado e doméstico antes da Covid-19 – estão assumindo ainda mais **trabalhos não remunerados no lar e no cuidado dos filhos**.⁷ Como resultado, em alguns países, a **taxa de participação da mulher na força de trabalho caiu mais em relação à do homem** e, quanto mais a pandemia durar, maior será o **risco de desemprego a longo prazo** ou redução das taxas de participação, pois as mulheres fora da força de trabalho poderão perder as qualificações necessárias para voltar ao mercado de trabalho.⁸
- *As oportunidades para as gerações futuras estão em risco.* Ganhos duramente conquistados na **escolaridade** de jovens mulheres e meninas poderiam sair dos trilhos. O Fundo Malala estima que 20 milhões de meninas nos países em desenvolvimento acabarão não voltando para a sala de aula

¹ ONU Mulheres (2020a) [Gender Equality: Women's Rights in Review 25 Years after Beijing](#).

² PNUD (2020); ONU Mulheres (2020b). [From Insights to Action: Gender Equality in the Wake of Covid-19](#).

³ Boniol *et al.* (2019). Essa preocupação poderá ser mitigada com a implantação da vacinação. Com esse objetivo, alguns países iniciaram campanhas de vacinação (em muitos casos, dando prioridade a profissionais de saúde), mas muitos estão em estágios muito prematuros ou nem começaram.

⁴ ONU Mulheres, PNUD e Pardee Center (2020). Estimates and forecasts of extreme poverty by sex and age using the International Futures Model. Technical note. Disponível em: <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/gender-equality-in-the-wake-of-covid-19-technical-note-en.pdf?la=en&vs=2156>.

⁵ Por exemplo, no México registrou-se um aumento de 53% nas chamadas de emergência relacionadas com violência contra mulheres, e os incidentes de violência doméstica nos Estados Unidos aumentaram 8,1% após a imposição de ordens de ficar em casa. (ONU Mulheres, abril de 2020.) Ver também: <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/9/press-release-focus-on-violence-against-women-at-the-un-general-assembly>; Assembleia Geral da ONU, A/75/274; ONU Mulheres, abril de 2020.

⁶ Alon *et al.* (2021) observam o papel central do trabalho remoto: as disparidades de gênero no impacto da pandemia no emprego surgem quase inteiramente entre os trabalhadores impossibilitados de trabalhar a partir de casa. <https://www.nber.org/papers/w28632>.

⁷ Novas evidências confirmam que tanto mulheres como homens aumentaram a carga de trabalho não remunerado como resultado de confinamentos e fechamentos de escolas e creches. Contudo, mais mulheres do que homens estão deixando a força de trabalho, possivelmente como resultado desses aumentos na carga de trabalho (https://data.unwomen.org/sites/default/files/inline-files/Whose-time-to-care-brief_0.pdf). Uma pesquisa do PNUD na Turquia constatou que, durante os confinamentos da pandemia, as mulheres foram quatro vezes mais responsáveis pelo cuidado não remunerado do que os homens e a sua probabilidade de voltar ao emprego remunerado foi menor do que a dos homens após o relaxamento das restrições. (PNUD 2020b).

⁸ Com a pandemia, mercados emergentes como Chile, Colômbia e Peru registraram quedas bem mais acentuadas do que economias avançadas como Austrália, Coreia e Estados Unidos. Em abril de 2020, a taxa de desemprego das mulheres aumentou com mais rapidez em relação aos homens nos países da OCDE, mas a ampliação da disparidade de gênero vem diminuindo gradualmente desde então, com um ligeiro aumento este ano. Ver também Alon *et al.* (2020); Bekmez e Ozpolat (2016).

após os fechamentos de escolas relacionados com a pandemia.⁹ Os avanços na redução da **exclusão digital das mulheres** poderão ser revertidos, o que, por sua vez, criará obstáculos para mulheres e meninas acessarem e usarem tecnologias digitais essenciais para o trabalho e a educação.¹⁰

Nesse contexto, políticas e orçamentos sensíveis ao gênero são imperativos para enfrentar as disparidades de gênero cada vez mais pronunciadas em decorrência da pandemia. Além de procurar formas de ampliar o espaço fiscal para essas políticas, os governos devem, num ambiente fiscal restrito, ser estratégicos na aplicação de políticas fiscais sensíveis ao gênero para melhorar a destinação dos recursos existentes, com mais equidade entre os gêneros. Ao expor falhas e deficiências sistêmicas, esta pandemia também apresenta a oportunidade de melhorar a situação na recuperação futura, abordando as desigualdades estruturais pré-existentes e transformando as economias para que haja maior sustentabilidade, inclusão e resiliência para enfrentar choques futuros. As políticas fiscais e os sistemas tributários são ferramentas versáteis para essa transformação social, quando elaboradas e implementadas com uma perspectiva de gênero. À medida que a pandemia abrandar, a utilização da orçamentação sensível ao gênero para monitorar os resultados em termos de gênero e avaliar os impactos de políticas fiscais sensíveis ao gênero poderá contribuir para uma recuperação equitativa e duradoura.

II. POLÍTICAS PARA ABORDAR IMPACTOS DE GÊNERO DA COVID-19

A escala das respostas fiscais à desaceleração econômica tem sido expressiva, mas apenas uma fração delas enfoca especificamente desigualdades de gênero. Em 17 de março de 2021, o apoio direto ao orçamento (gastos e receitas perdidas) chegou a US\$ 10 trilhões ou 9,2% do PIB mundial de 2020. Os indicadores da receita e da despesa equivaleram a 16,4% do PIB nas economias avançadas em 2020, 4,2% nas economias de mercados emergentes e 1,7% nos países em desenvolvimento de baixa renda (*Monitor Fiscal* de abril de 2021). O **rastreador global das respostas à Covid-19 em termos de gênero do PNUD-ONU Mulheres** mostra que, em uma amostra de 580 medidas fiscais, apenas 12% estão definidas como “sensíveis ao gênero”, oferecendo apoio a setores que desproporcionalmente empregam mulheres.¹¹ De 1.700 medidas destinadas à proteção social e ao mercado de trabalho, 23% são sensíveis ao gênero, ao visar a segurança econômica da mulher ou apoiar o cuidado não remunerado.

Uma política fiscal bem elaborada – com políticas tributárias e de gasto – pode desempenhar um papel importante na mitigação dos impactos negativos da pandemia em termos de gênero. Além de destinar recursos cruciais aos trabalhadores na linha de frente, as políticas fiscais podem proteger a renda, apoiar o emprego e promover o bem-estar e as oportunidades. As políticas tributárias também têm um papel importante na arrecadação de receitas para financiar medidas de gasto sensíveis ao gênero.

Reforço da renda das mulheres por meio da proteção social

⁹ Diz respeito a meninas com idade correspondente aos anos do ensino médio: <https://malala.org/newsroom/archive/malala-fund-releases-report-girls-education-covid-19>.

¹⁰ De acordo com os dados anteriores à pandemia mais recentes, a disparidade no uso da Internet tem sido predominante, sendo mais pronunciada nos países de baixa renda. As persistentes disparidades de gênero no acesso digital e na inclusão tecnológica poderão reduzir as possibilidades de emprego das mulheres, sobretudo nas profissões que permitem o trabalho remoto e oferecem condições mais flexíveis. (Alon *et al.* 2020; Papanikolaou e Schmidt 2020; Pierri e Timmer 2020)

¹¹ PNUD e ONU Mulheres (2021). *Covid-19 Global Gender Response Tracker – Global Factsheet*. O rastreador contém dados referentes a 580 medidas fiscais de 132 países e territórios em resposta à pandemia e mais de 1700 medidas de proteção social e mercado de trabalho de 214 países e territórios.

Licenças remuneradas podem apoiar a renda de quem precisa ausentar-se do trabalho para cuidar de familiares. A maior parte das medidas de licença remunerada foram implantadas nas *economias avançadas*, em alguns casos com financiamento do governo. Por exemplo, na **Itália**, pais de crianças menores de 12 anos foram autorizados a tirar licenças de até 30 dias com 50% do salário pago pelo Estado e, nos **Estados Unidos**, pais com crianças cujas escolas estavam fechadas puderam tirar até 12 semanas de licença-família remunerada, concedidas pelos empregadores. Na **Espanha**, uma redução temporária de 100% das horas de trabalho foi oferecida aos funcionários que estavam cuidando de dependentes. O **Canadá** ofereceu apoio monetário a quem parou de trabalhar para cuidar dos filhos, entre outros motivos.

As transferências de renda foram uma fonte vital de apoio para os desempregados e trabalhadores do setor informal. Essas medidas foram mais predominantes nas *economias de mercados emergentes e em desenvolvimento*, em que a seguridade social é menos comum. Por exemplo, no **Brasil**, o governo criou um programa de transferência de renda de auxílio emergencial abrangendo um terço da população e oferecendo o dobro dos benefícios a famílias chefiadas por mulheres. No **Egito**, o governo expandiu os programas de transferência de renda de assistência social Takaful e Karama para alcançar cerca de 3,8 milhões de famílias, beneficiando, sobretudo, mulheres chefes de família. Já na **Colômbia**, o governo ofereceu um subsídio extraordinário a 2,7 milhões de famílias por meio de um programa de transferência de renda cujos principais beneficiários eram mães. Essas medidas provavelmente apoiarão mulheres de baixa renda ou com empregos precários.

Medidas tributárias direcionadas explicitamente aos pobres beneficiam mulheres, que tendem a estar super-representadas nas camadas de baixa renda. Medidas que aumentam a progressividade dos sistemas tributários de modo geral ajudam a reduzir a desigualdade salarial entre gêneros e podem ser combinadas satisfatoriamente com políticas estruturais que ajudem as mulheres a não continuar em empregos de baixa remuneração. Um exemplo de política de resposta à pandemia que aumenta a progressividade temporariamente é a **Índia**, onde o governo cobriu três meses de contribuições previdenciárias das empresas com menos de 100 funcionários dos quais pelo menos 90% recebem baixos salários.

A médio prazo, uma prioridade deve ser investir em sistemas de proteção social robustos e sensíveis ao gênero, aumentando a cobertura e suficiência. A melhora da cobertura em países com alto nível de informalidade beneficiaria mais as mulheres, pois trabalham na economia informal em maior número do que os homens. Também ajudaria a proteger melhor indivíduos e famílias contra choques de renda e crises futuras. Além disso, é necessário melhorar a proteção dos direitos de todos os trabalhadores em ambos os setores, formal e informal, e assegurar salários de subsistência dignos.

Apoio ao emprego das mulheres durante a crise e na recuperação

Responsabilidades de cuidado

O aumento do trabalho de cuidado não remunerado associado ao fechamento das escolas e ao aumento das enfermidades afectou desproporcionalmente as mulheres. Os pais têm de fazer escolhas importantes entre o trabalho remunerado e o cuidado não remunerado dos filhos, pois as despesas com creches geralmente se tornam um custo fixo quando uma pessoa inicia um emprego, que pode ser coberto apenas quando o salário é suficientemente alto.¹² Em vista da persistente

¹² Por exemplo, ver FMI (2021): COVID-19 and She-cession: The Employment Penalty of Taking Care of Young Children.

discriminação de gênero no mundo do trabalho, por exemplo, na forma de consideráveis desigualdades salariais entre gêneros, de modo geral as oportunidades de emprego das mulheres são sacrificadas quando essas escolhas se apresentam. Novas evidências sugerem que, em todos os países, grandes quantidades de mulheres deixaram o mercado de trabalho durante a pandemia, enquanto outras sofreram reduções acentuadas nas horas de trabalho e no salário.^{13, 14} O aumento das necessidades de cuidado não remunerado provavelmente são um fator importante nessa tendência. Não é coincidência, por exemplo, que a queda mais acentuada de participação na força de trabalho na América Latina tenha ocorrido entre as mulheres com filhos menores de seis anos. Nos **Estados Unidos**, mães de crianças com menos de cinco anos de idade e mães solteiras estão sendo deixadas para trás na recuperação econômica.¹⁵

É preciso dar prioridade ao aumento da disponibilidade e acesso dos serviços de cuidado para crianças, idosos e pessoas com deficiência e à expansão do acesso a licença parental remunerada. Medidas de apoio à infraestrutura social, como serviços de creche e infraestrutura física que dê acesso adequado a água, saneamento, energia e serviços digitais, são essenciais para reduzir o trabalho de cuidado não remunerado e apoiar o emprego das mulheres. Além disso, é possível obter melhores resultados com um enfoque no desenvolvimento e na educação na primeira infância, pois as habilidades cognitivas adquiridas nos primeiros anos podem reforçar o desempenho escolar em estágios educacionais posteriores.¹⁶ Políticas tributárias que atenuem os custos elevados do cuidado infantil para os usuários, como créditos fiscais ou deduções de impostos referentes ao cuidado infantil, ou medidas de apoio a creches devem ser adotadas ou ampliadas. Como medidas de curto prazo em resposta à pandemia, alguns países usaram políticas de mercado de trabalho para apoiar os cuidadores não remunerados; outros ofereceram serviços emergenciais de creche, por exemplo, para os trabalhadores essenciais, ou compensaram pais financeiramente pelo fechamento de escolas e creches.

Regimes de trabalho flexíveis e acesso a licença-família remunerada podem ajudar pais trabalhadores a equilibrar melhor as suas responsabilidades de cuidado não remunerado e o emprego remunerado na economia formal.¹⁷ A redistribuição das responsabilidades do lar e de cuidado nas famílias, por meio de licença-paternidade obrigatória e não transferível, por exemplo, pode aliviar a carga que recai sobre as mulheres. Em consonância com a convenção de licença-maternidade da Organização Internacional do Trabalho, quase todos os países da OCDE oferecem às mães pelo menos 14 semanas de licença de maternidade, e a maioria oferece benefícios que repõem mais de 50% dos salários anteriores.¹⁸ A disponibilidade de licenças específicas para os pais varia consideravelmente entre os países, e a duração e as taxas de reposição tendem a ser menores do que as da licença de maternidade.

Sistemas tributários e o incentivo ao trabalho

A pandemia reforça as características estruturais atuais dos sistemas tributários em detrimento da mulher. Uma política tributária conceitualmente neutra em termos de gênero pode agravar desigualdades existentes ou criar desvantagens para as mulheres, por ter impactos negativos em grupos

¹³ <https://data.unwomen.org/features/fallout-covid-19-working-moms-are-being-squeezed-out-labour-force>.

¹⁴ ILO Monitor: COVID-19 and the World of Work. Sétima edição, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms_767028.pdf.

¹⁵ <https://www.brookings.edu/blog/up-front/2021/05/06/mothers-are-being-left-behind-in-the-economic-recovery-from-covid-19/>.

¹⁶ *Monitor Fiscal* de abril de 2021.

¹⁷ FMI (2018): Pursuing Women's Economic Empowerment.

¹⁸ Banco de dados de famílias da OCDE.

com super-representação de mulheres ou por não considerar desigualdades de gênero estruturais e de longa data. Por exemplo, como as mulheres têm maior probabilidade do que os homens de atuar como cuidadoras e realizar trabalho não remunerado, tendem a trabalhar em período parcial ou no setor informal ou sair da força de trabalho.¹⁹ A política tributária deve ser elaborada e implementada de forma a enfrentar essas desigualdades e as respectivas externalidades negativas, que resultam em taxas de remuneração (líquidas) menores e menos oportunidades de emprego para as mulheres, em comparação com os homens, contribuindo para a desigualdade salarial entre os gêneros. A eliminação desses vieses produziria dividendos, em vista do aumento desproporcional do desemprego das mulheres durante a pandemia.²⁰ Além disso, a disparidade de gênero na renda corrente reforça a desigualdade de gênero entre os idosos, com uma diferença de 25% nas pensões pagas a homens e mulheres nos países da OCDE.²¹

Sistemas tributários baseados na família desincentivam trabalhadores secundários, que tendem a ser mulheres. Quando os impostos são calculados no nível da família, os trabalhadores secundários são tributados a alíquotas marginais mais altas em comparação com pessoas solteiras com as mesmas características. Da mesma forma, disposições tributárias referentes a famílias (como deduções para cônjuges dependentes) desincentivam os trabalhadores secundários a ingressar na força de trabalho, pois, quando começam a trabalhar, os benefícios são perdidos ou reduzidos.²²

Muitos países também têm cunhas fiscais muito elevadas na camada mais baixa do mercado de trabalho.²³ Isso se deve, sobretudo, a contribuições previdenciárias, não a impostos (de modo geral progressivos e, portanto, reduzidos nas faixas mais baixas de renda). Como as mulheres tendem a estar super-representadas nos empregos de baixa remuneração, sobretudo quando ingressam na força de trabalho, reformas que reduzam cunhas fiscais elevadas na camada mais baixa do mercado de trabalho ofereceriam às mulheres e, em termos gerais, aos pobres incentivos mais convincentes para ingressar no mercado de trabalho. Um mecanismo para os países com capacidade administrativa robusta é a concessão de reduções de imposto de renda. Embora geralmente haja outras barreiras estruturais que impedem as mulheres de ingressar na força de trabalho, a redução de alíquotas marginais elevadas pode apoiar o seu emprego. No contexto da pandemia, muitos países reduziram ou diferiram o pagamento de contribuições previdenciárias com isenção de juros, apoiando a camada mais baixa do mercado de trabalho e as mulheres. Por exemplo, o **Chile** adotou uma nova lei de proteção do emprego, nos termos da qual os empregadores são obrigados a pagar contribuições para a previdência social e aposentadoria caso suspendam o contrato de trabalho dos funcionários. Em contrapartida, o governo paga benefícios de seguro de desemprego a esses trabalhadores.

Apoio a setores com predominância de mulheres

Algumas medidas apoiam setores econômicos ou profissões com maior representação feminina. Entre as medidas de resposta à pandemia figuram programas de obras públicas (por exemplo, o programa MGNREGA na **Índia**) e de apoio financeiro e de outra natureza a empresas de propriedade

¹⁹ Alesina, Ichino e Karabarbounis (2011) apresentam uma explicação teórica, e Aguiar e Erik Hurst (2007) e Blau e Kahn (2007) examinam evidências empíricas da correlação positiva entre deveres domésticos e a elasticidade da mão de obra.

²⁰ Mesmo que o último seja causado principalmente por motivos não tributários, como o fechamento de creches ou o declínio de setores com parcelas elevadas de emprego feminino.

²¹ Ver <https://www.forbes.com/sites/carmenniethammer/2020/07/11/coronavirus-likely-to-widen-gender-gap-in-retirement/?sh=3d0b696b6abe>.

²² Entre as disposições tributárias referentes a famílias, destacam-se abatimentos, deduções, créditos ou benefícios fiscais direcionados de acordo com a renda e a situação familiar. Um exemplo é a dedução tributária para o cônjuge dependente.

²³ Define-se cunha fiscal como a relação entre a soma de todos os impostos trabalhistas e contribuições previdenciárias (quer sejam pagos pelo empregador ou pelo empregado) e o custo total da mão de obra do empregador (ou seja, salários e impostos/contribuições pagos pelo empregador).

de mulheres (por exemplo, [Paraguai](#), [África do Sul](#), [Turquia](#)). Por exemplo, o governo do [Marrocos](#) apoiou cooperativas de mulheres nas áreas de logística, entrega de produtos, comunicação e desenvolvimento de plataformas de comércio eletrônico, além de facilitar o sistema de certificação para as cooperativas de mulheres produzirem 30 mil máscaras reutilizáveis por dia.

Políticas tributárias têm apoiado as mulheres ao visar setores importantes para o emprego de trabalhadoras. Com o diferimento ou a redução de impostos, pacotes de políticas tributárias foram implementados principalmente na África Subsaariana e na Ásia.²⁴ Um exemplo é a suspensão da recuperação de dívidas fiscais e da cobrança de um imposto mínimo fixo nos setores de transportes, hotelaria e alimentação no [Burkina Faso](#), cujos serviços de hospedagem e alimentação respondem por 7,8% dos empregos das mulheres, em comparação com 1,7% dos homens. Da mesma forma, [Côte d'Ivoire](#) diferiu por três meses o pagamento do imposto sobre a renda do capital de empresas de turismo e hotelaria, cujas atividades (serviços de hospedagem e alimentação) respondem por 10% do emprego feminino, mas apenas 1% do emprego masculino.

Como a maior parte dos custos da pandemia tem recaído sobre as mulheres, essas medidas continuarão a ser cruciais à medida que elas tentarem reingressar no mercado de trabalho.

Dos 107 pacotes de políticas que diferiram ou reduziram impostos, 22 foram direcionados a setores com participação elevada de trabalhadoras, apoiando a segurança econômica das mulheres. Essas políticas devem ser mantidas ou ampliadas, dependendo da evolução da pandemia e da recuperação. No futuro, os países também poderiam considerar a alteração de sistemas tributários que aumentem a probabilidade de falências – por exemplo, com a adoção de impostos independentes da renda, como impostos mínimos ou impostos sobre propriedades comerciais – que possam prejudicar desproporcionalmente as empreendedoras caso tenham investido mais em setores afetados pela pandemia.

Investir em trabalhos dignos para as mulheres. Na era posterior à Covid-19, será necessário dar ênfase à adoção de medidas ativas para apoiar a reintegração das mulheres na força de trabalho, com programas de capacitação, incentivos salariais e desenvolvimento de novas aptidões que as prepararão para atender às novas demandas do mercado. Em resposta à queda do emprego das mulheres durante a pandemia, o [Chile](#) está oferecendo um incentivo às empresas para permitir o retorno dos trabalhadores com contratos suspensos e a contratação de novos funcionários com salários subsidiados por até seis meses, com maiores benefícios para mulheres, jovens e pessoas com deficiência. Para tratar da segregação vertical e horizontal no mercado de trabalho e reduzir as desigualdades salariais persistentes entre gêneros, é necessário adotar uma abordagem coordenada que combine pacotes de incentivos (e desincentive as más práticas) para empresas, programas educacionais, mecanismos de empreendedorismo com investimentos públicos em serviços de cuidado de qualidade que permitam aos trabalhadores com responsabilidades de cuidado concorrer em nível de igualdade.

Investimentos públicos na economia do cuidado podem ser uma alavanca crucial para a recuperação econômica, com o potencial de gerar empregos, desenvolver capital humano e apoiar o (re)ingresso das mulheres na força de trabalho. Uma simulação feita recentemente para oito países da OCDE mostra que investimentos em serviços de cuidado de qualidade criariam de 40% a 90% mais empregos do que o mesmo nível de investimentos na construção civil.²⁵ Na [África do Sul](#), por

²⁴ Medidas semelhantes foram adotadas no Reino Unido e na Noruega, mas não foram capturadas pelo Rastreador. <https://voxeu.org/article/covid-19-and-gender-gap-advanced-economies>.

²⁵ De Henau e Himmelweit (2021).

exemplo, a universalização dos serviços de cuidado infantil de modo a abarcar todas as crianças menores de cinco anos exigiria um aumento significativo dos gastos públicos, mas poderia gerar de dois a três milhões de novos empregos e ocasionaria um aumento de 10 pontos percentuais nas taxas de emprego das mulheres.²⁶

Promoção de bem-estar e oportunidades

Apoio aos trabalhadores na linha de frente do combate à pandemia. Os gastos em saúde terão de continuar a incluir equipamentos de proteção individual e outros suprimentos médicos necessários para os trabalhadores na linha de frente. Os profissionais médicos continuam a ter prioridade na vacinação.

Reposição da perda de educação. Para evitar o efeito de sequelas permanentes na próxima geração de meninos e meninas com as perdas de instrução decorrentes do fechamento de escolas, será necessário acelerar os gastos públicos em educação. Esses gastos poderiam apoiar a aprendizagem remota dos alunos, incentivar a matrícula (dando prioridade a quem apresente maior risco de abandonar os estudos, sobretudo meninas) e compensar as perdas de aprendizagem. Em termos mais gerais, políticas voltadas para a oferta de oportunidades iguais desde o início, ou seja, que invistam em educação, oferecem condições iguais para as mulheres ingressarem no mercado de trabalho. Em geral, o nível de escolaridade tem uma correlação positiva com a participação feminina na força de trabalho.²⁷

Enfoque na disparidade de gênero na exclusão digital. Os que são digitalmente mais ágeis têm conseguido lidar melhor com a crise, e o uso de tecnologias digitais tem sido essencial para a participação democrática; o acesso a serviços públicos e transferências de renda; oportunidades de emprego; o acesso à saúde; finanças; capital social e redes; e até mesmo para prevenir a violência de gênero ou escapar dela. Portanto, a redução da disparidade de gênero na exclusão digital pode ajudar a preservar os meios de subsistência, assegurar as redes de proteção econômica e, até mesmo, salvar vidas.

Abordagem explícita de normas sociais de gênero por meio da política fiscal. O Índice de Normas Sociais de Gênero do PNUD revelou, por exemplo, que 50% dos homens no mundo pensam que, em períodos de escassez e crise, o emprego deve ser priorizado para os homens.²⁸ É impossível haver mudanças socioeconômicas estruturais sem que ocorram rupturas nas normas sociais. Para isso, é importante haver uma ampla variedade de ferramentas econômicas comportamentais, como licenças-paternidade obrigatórias e não transferíveis, incentivos fiscais para empresas que cumpram metas de igualdade de gênero ou a criação de clubes públicos de mulheres em ciência, tecnologia, engenharia e matemática, entre várias outras ferramentas.

Conclusões sobre políticas

Os gastos públicos, combinados com medidas de política tributária e intervenções extra-orçamentárias, desempenham um papel crucial no desenvolvimento de sociedades e economias mais resilientes e inclusivas. A médio prazo, a política fiscal será um importante fator para uma recuperação econômica inclusiva que apoie o avanço acelerado rumo à igualdade de gênero, que, por sua vez, pode ajudar a reduzir a pobreza. A necessidade de reformas dos sistemas tributários durante e após a pandemia também oferece uma oportunidade de lidar com impedimentos estruturais de

²⁶ De Henau *et al.* (2019). "Investing in Free Universal Childcare in South Africa, Turkey and Uruguay: A Comparative Analysis of Costs, Short-Term Employment Effects and Fiscal Revenue."

²⁷ FMI (2015): Catalyst for Change: Empowering Women and Tackling Income Inequality.

²⁸ <http://hdr.undp.org/en/gsni>.

longa data. O enfoque na redução das disparidades de gênero no mundo posterior à pandemia será especialmente importante porque muitos países estarão enfrentando dificuldades fiscais e já se demonstrou que o empoderamento econômico das mulheres produz dividendos adicionais em termos de crescimento. Na era posterior à Covid-19, será necessário dar ênfase à adoção de medidas de política que apoiem a integração das mulheres na força de trabalho, assim como a criação de empregos dignos e estáveis.

Uma resposta coordenada com políticas tributárias e de gasto pode aumentar a eficácia da redução das disparidades de gênero. Por exemplo, cortes gerais de impostos para estimular a oferta de mão de obra serão mais eficazes para as mulheres quando combinados com outras medidas, como o acesso a creches (não apenas reduzindo o custo, mas também garantindo o funcionamento e a disponibilidade segura). Uma ferramenta disponível para ajudar os países a coordenar a abordagem de financiamento da igualdade de gênero e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável entre as políticas tributárias e de gastos são os Quadros Nacionais Integrados de Financiamento (INFF, na sigla em inglês).²⁹ Os países também devem aproveitar a oportunidade de fazer mudanças estruturais duradouras, mitigando o efeito adverso da pandemia na pobreza a curto prazo e investindo na resiliência a choques a longo prazo. A pandemia de Covid-19 demonstrou a importância dos sistemas de proteção social, pois os países com sistemas mais robustos têm estado mais bem preparados para responder à pandemia.

A curto prazo, os governos devem tentar atenuar o impacto negativo da pandemia em grupos específicos, como as mulheres. As políticas devem se concentrar em oferecer apoio à renda dos mais carentes, preservando vínculos empregatícios, ajudando a equilibrar trabalho e responsabilidades de cuidado e ampliando o apoio a pequenos negócios e aos trabalhadores autônomos. Nos países com espaço fiscal limitado (sobretudo as economias com dívidas elevadas ou grandes necessidades de financiamento bruto), os governos precisariam aumentar a eficiência dos gastos e redistribuir recursos para a população mais afetada pela crise causada pela Covid-19 antes de ampliar os gastos. A médio prazo, para assegurar destinações sustentáveis e suficientes de recursos para políticas fiscais sensíveis ao gênero, também devem procurar gerar espaço fiscal para políticas de gênero, ampliando a mobilização de receitas internas e aumentando a eficiência dos gastos, ao mesmo tempo em que levam em consideração as prioridades estratégicas no pós-Covid-19.

III. USO DA ORÇAMENTAÇÃO SENSÍVEL AO GÊNERO PARA IMPLEMENTAR POLÍTICAS SENSÍVEIS AO GÊNERO

As políticas têm bem mais perspectivas de sucesso quando estão incorporadas nas análises sociais e de gênero, adaptadas às necessidades de mulheres e homens de diferentes grupos e direcionadas proativamente para reduzir as desigualdades.

²⁹ Para obter mais informações, acesse <https://inff.org/>.

A orçamentação sensível ao gênero (OSG) usa a ferramenta versátil dos orçamentos nacionais para lidar com as desigualdades de gênero. Incorporam considerações de gênero a políticas e processos de gestão das finanças públicas, que são os conjuntos de leis, regras, sistemas e processos para destinar verbas públicas, fazer gastos públicos, contabilizar transações, e monitorar e auditar resultados.³⁰ Os países assumiram o compromisso de elaborar orçamentos sensíveis ao gênero como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Quadro 1). FMI (2017) identifica as seguintes instituições essenciais para a OSG: i) marco legislativo e diretrizes (inclusive declarações orçamentárias com uma perspectiva de gênero e instruções específicas de gênero em circulares do orçamento); 2) avaliações do impacto no gênero; 3) relatórios fiscais de programas e atividades voltadas para o gênero, usando marcação de gênero; 4) quadros relacionados ao desempenho das políticas de gênero e 5) sistemas de prestação de contas do governo, como a supervisão parlamentar de políticas de gênero e auditorias. As práticas atuais de OSG podem ser alavancadas, mas todos os países – mesmo os que não têm experiência formal prévia com ela – podem empregar as ferramentas e os princípios para reforçar as políticas de resposta. Embora o reforço da OSG seja um investimento contínuo e de longo prazo, esta seção identifica pontos de partida que países com qualquer nível de experiência podem usar para desencadear o processo.

Quadro 1: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Meta 5.c: Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

Indicador 5.c.1: Proporção de países com sistemas para designar e monitorar verbas públicas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

A. Avaliar o impacto da pandemia sobre as questões de gênero

Avaliações de necessidades específicas de gênero

O ponto de partida é aferir o melhor entendimento possível do impacto da pandemia nas questões de gênero. Como estão os setores nacionais em que as mulheres predominam? As mulheres dependem mais de serviços públicos que foram reduzidos? A apresentação das evidências em um só documento, como uma avaliação de necessidades específicas a gênero, pode enfocar os esforços. A **Comissão Parlamentar sobre Mulheres e Igualdade do Reino Unido** iniciou um inquérito sobre o impacto econômico da Covid-19 em questões de gênero, com grande ênfase na solicitação pública de evidências. Na **Tailândia**, o Ministério de Desenvolvimento Social e Segurança Humana tem monitorado a situação da violência de gênero desde o início do confinamento em março de 2020, e equipes de contato têm visitado comunidades locais para fazer um levantamento das necessidades de mulheres e meninas.

Dados desagregados por sexo e estatísticas de gênero

Avaliações de necessidades específicas de gênero devem explorar dados desagregados por sexo. Podem ajudar a identificar impactos desproporcionais da pandemia, assim como políticas de mitigação, e analisar uma ampla variedade de dados: estatísticas oficiais, dados administrativos, pesquisas pontuais, estudos e outras fontes não governamentais. O **Canadá** tem um portal dedicado na

³⁰ A OSG foi aceita como um compromisso pela Assembleia Geral da ONU na meta 5.c.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Internet com dados desagregados por sexo e estatísticas de gênero relevantes à Covid-19 e ressalta que as mulheres apresentam taxas de mortalidade mais elevadas a despeito das suas menores taxas de internamento em unidades de terapia intensiva. Em **Honduras**, dados desagregados por sexo e idade são usados para monitorar a incidência da violência contra as mulheres no contexto da Covid-19. A Pesquisa Trimestral sobre o Trabalho no **Reino Unido** foi usada para ilustrar que as mulheres apresentaram uma probabilidade um terço maior de trabalhar em um setor paralisado em relação aos homens, sobretudo entre os mais jovens.³¹

Quadro 2: Redução temporária das disparidades nos dados de gênero – levantamentos rápidos

Quando os sistemas estatísticos coletam uma quantidade limitada de dados desagregados por sexo, os países podem fazer levantamentos rápidos para estabelecer um nível básico de evidências com os objetivos de identificar as necessidades e embasar políticas de resposta. Podem combinar fontes primárias (pesquisas *on-line*, entrevistas remotas ou presenciais, etc.) com fontes secundárias, como planos setoriais ou dados de organizações humanitárias e de desenvolvimento. Os **levantamentos rápidos de avaliação de gênero** (RGAS, na sigla em inglês), desenvolvidos pela ONU Mulheres, usam questionários para tentar identificar a situação familiar e profissional dos entrevistados, como as fontes de renda foram afetadas pela pandemia, o acesso a bens e serviços básicos, os mecanismos de enfrentamento e o apoio monetário e em espécie que estão recebendo do governo. Foram usados na África (**Uganda, Nigéria**), Europa Oriental (**Albânia, Macedônia do Norte**) e Ásia Central (**Cazaquistão**). Já as **avaliações do impacto socioeconômico**, feitas pelo PNUD, visam identificar a ampliação das disparidades de gênero como resultado da crise provocada pela Covid-19, em conexão com desafios pré-existentes (violência doméstica, a carga decorrente da obrigação do cuidado, as barreiras para as PME administradas por mulheres). Em apenas um mês, no início da pandemia, fez-se uma avaliação das necessidades específicas de gênero na **Ucrânia** com base em pesquisas telefônicas e *on-line*. O Departamento de Estatísticas de **Uganda** fez uma pesquisa de painel sobre a Covid-19, incorporando a violência de gênero.

Continua a haver um amplo espaço para melhorar a produção e uso de dados desagregados por sexo e estatísticas de gênero. De acordo com uma pesquisa do FMI sobre práticas de orçamentação sensível ao gênero em 91 países do mundo, menos de 30% dos participantes dispunham de dados desagregados por sexo em todos ou na maioria dos setores, e mesmo nos países em que são produzidos, menos de 40% os usam regularmente para embasar a elaboração de orçamentos.³² No **México**, foi criado um grupo de trabalho de estatística para estabelecer um conjunto mínimo de indicadores que permitissem o monitoramento tempestivo da violência contra as mulheres.

B. Definir uma estratégia coerente e destinar recursos suficientes

Declarações orçamentárias com uma perspectiva de gênero

Com base nas evidências coletadas, a publicação de um documento de política direcionado pode enfocar a política de resposta imediata do governo. Declarações orçamentárias com uma perspectiva de gênero são uma forma de os governos mostrarem como destinam recursos públicos para promover os objetivos de igualdade de gênero. Contudo, essas declarações costumam ser produzidas apenas uma vez por ano, com o orçamento anual e, portanto, não são necessariamente a melhor ferramenta para uma resposta rápida a uma crise. Muitos países têm usado formatos alternativos, como os seus planos de resposta à Covid-19 ou outros documentos de política, para comunicar como os gastos públicos lidam com desigualdades de gênero. O **Canadá**, por exemplo, anunciou compromissos de política destinados

³¹ Joyce e Xu (2020).

³² A pesquisa avalia o uso de ferramentas de OSG em uma amostra ampla de países (91 até o momento) de todas as regiões e faixas de renda, entre 2019 e 2020, com base no quadro de OSG do FMI.

a prevenir a violência de gênero e enfrentar o efeito econômico da pandemia sobre as mulheres, estabelecendo um vínculo entre o plano de resposta econômica à Covid-19 e os objetivos nacionais gerais de mais longo prazo para as questões de gênero.³³

Para além deste ano, será crucial destinar recursos suficientes para políticas sensíveis ao gênero para transformar objetivos em ações. À medida que os governos elaborem orçamentos para o próximo ano, a consolidação dos objetivos de política sensíveis ao gênero por meio de declarações prévias ao orçamento e declarações orçamentárias com uma perspectiva de gênero poderá ajudar a assegurar a destinação de recursos suficientes para esses objetivos. Além disso, cria transparência e responsabilização. Por exemplo, a declaração orçamentária anual com uma perspectiva de gênero da **Austrália** explica como o orçamento está contribuindo para os objetivos de gênero. Entre outros países que as elaboram e publicam regularmente figuram Bangladesh, Canadá, Coreia, Espanha, Índia, Japão, Marrocos e Ruanda. Dados divulgados por 69 países e territórios referentes ao Indicador 5.c.1 dos ODS indicam que, em 2018, apenas 32% dos países produziam declarações orçamentárias com uma perspectiva de gênero, demonstrando a necessidade de mais esforços para aumentar a constância da sua produção e uso.³⁴

Circulares orçamentárias

Os ministérios das Finanças podem usar as circulares orçamentárias para definir orientações específicas sobre os objetivos de gênero. A incorporação de instruções específicas às circulares orçamentárias consolida a igualdade de gênero no processo de elaboração de orçamentos, assegurando a inclusão das prioridades de gênero nos orçamentos apresentados pelos ministérios no nível setorial.³⁵ No contexto da resposta à Covid-19, o memorando do orçamento das **Filipinas** destaca políticas e estratégias prioritárias com uma perspectiva de gênero nas áreas de saúde, nutrição e proteção social. Uma circular do memorando conjunto da Comissão de Direitos Humanos e do Departamento do Interior e Governo Local foi emitida para tratar da violência contra as mulheres, com diretivas e recomendações de intervenções interseccionais e sensíveis ao gênero durante os períodos da crise, transição e recuperação. Ao elaborar o programa de investimentos de 2020, o **Ministério das Finanças da Islândia** solicitou aos ministérios que estimassem a quantidade de empregos gerados e a proporção entre os gêneros nas propostas de projetos. A médio prazo, há oportunidades para melhorar o uso de circulares orçamentárias nos exercícios regulares de planejamento orçamental: de acordo com a pesquisa do FMI, cerca de 40% dos ministérios das Finanças as usam para dar instruções sobre a orçamentação sensível ao gênero.

C. Elaborar políticas de resposta eficazes

Avaliações *ex ante* do impacto de gênero

As avaliações *ex ante* do impacto sobre o gênero (AIG, na sigla em inglês) melhoram a formulação e priorização de políticas, identificando efeitos previstos e imprevistos na igualdade de gênero. As AIG *ex ante* são estimativas dos diversos impactos (positivos, negativos ou neutros) de uma proposta de política na igualdade de gênero. Podem ser feitas em relação a políticas

³³ Alavancando os seis objetivos gerais do seu Quadro de Resultados de Gênero, o Ministério das Finanças do Canadá discute os impactos da Covid-19 nos diversos grupos e como as medidas de resposta os aborda em relação ao objetivo definido no quadro de resultados.

³⁴ Relatório de Indicadores dos ODS 2018.

³⁵ O ideal é que as circulares orçamentárias esclareçam processos, prazos e funções dos protagonistas, bem como ofereçam modelos e orientações para a apresentação de propostas de ministérios, órgãos e departamentos para o próximo orçamento anual. <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/covid19-special-notes/Portuguese/pr-special-series-on-covid-19-budgeting-in-a-crisis-guidance-for-preparing-the-2021-budget.ashx>.

especificamente destinadas a lidar com disparidades de gênero, mas também podem identificar vieses imprevistos em programas ou políticas que não sejam específicos a gênero, como, por exemplo, durante episódios de consolidação fiscal. Como descrito na Seção II, um mecanismo de subsídios salariais poderia excluir trabalhadores informais – a maioria do sexo feminino – ou uma política tributária poderia desincentivar as mulheres a procurar empregos.³⁶ Usando a análise de gênero, o programa Empreendimento da **Geórgia**, que visa a reforçar o desenvolvimento de empresas, eliminou precondições para habilitação e foi estendido a alguns setores em que as mulheres costumam administrar empresas ou participar intensamente da força de trabalho. **Ruanda** ampliou e facilitou o acesso a programas de obras públicas e transferência de renda e o mecanismo de seguro de saúde comunitária, que enfoca as zonas rurais, após uma análise de impacto demonstrar um benefício maior para famílias chefiadas por mulheres.³⁷

Uma metodologia geral do governo pode apoiar o uso sistemático de AIG ex ante. Essas avaliações podem definir as principais disparidades de gênero a serem analisadas, os canais de transmissão de políticas e parâmetros para quantificar o impacto. Na Análise de Gênero (GBA+, na sigla em inglês) do **Canadá**, todas as novas propostas de orçamento passam por uma AIG *ex ante* de acordo com uma metodologia geral do governo.³⁸ Na **Espanha**, o Instituto da Mulher e da Igualdade de Oportunidades compilou e publicou uma AIG *ex ante* das medidas emergenciais relativas à Covid-19 com base em uma metodologia geral do governo. No **Kosovo**, a ONU Mulheres está apoiando o Ministério das Finanças na realização de uma AIG *ex ante* referente a medidas específicas do programa de recuperação econômica. Nas **Filipinas**, as iniciativas de política voltadas para as mulheres na resposta à Covid-19 foram publicadas e incluídas em uma AIG. De acordo com a pesquisa de OSG do FMI, as AIG ainda não são usadas amplamente e apenas 20% dos países participantes as aplicam a todas ou à maioria das novas propostas de políticas.

D. Auditar medidas de política relacionadas com o gênero e avaliar o impacto nas mulheres

Auditorias de desempenho das políticas de gênero

Auditorias de desempenho podem abranger uma avaliação da eficácia das respostas do governo para as mulheres.³⁹ À medida que os governos se apressam para implementar respostas de grande escala à crise, as entidades fiscalizadoras superiores (EFS) são bastiões da prestação de contas. Ao integrar uma dimensão de gênero ao trabalho de auditoria, podem ajudar os governos a avaliar, *ex post*, se as respostas nacionais conseguiram tratar das necessidades de mulheres, meninas e grupos marginalizados. A **EFS do Peru** coleta algumas informações referentes ao desempenho e à quantidade e localização geográfica de grupos vulneráveis e famílias beneficiados pelas medidas emergenciais, como cestas de alimentos ou apoio econômico. Essas informações específicas podem ser úteis como avaliações ligeiras dos efeitos e beneficiários de medidas de políticas emergenciais. As **EFS da Sérvia e de Uganda** já anunciaram uma auditoria do aumento da violência cometida por parceiros íntimos contra

³⁶ Por exemplo, o PNUD, a ONU Mulheres e o Pardee Centre for International Futures construíram um cenário contrafactual para a economia mundial nessas linhas. O cenário projeta que, sem a pandemia, o índice de pobreza das mulheres teria caído 2,7% entre 2019 e 2021, mas agora se prevê um aumento de 9,1% durante o mesmo período em decorrência da Covid-19. Projeções semelhantes podem ser feitas em nível nacional.

³⁷ O CBHI subsidia prêmios e copagamentos de seguros de saúde dos mais pobres, promove o aconselhamento sobre parto e planejamento familiar, além de prestar cuidados pré e pós-natais. Nas zonas rurais, esse programa beneficia, sobretudo, famílias chefiadas por mulheres, que tendem a ser menores e mais pobres do que as chefiadas por homens.

³⁸ Um resumo detalhado da GBA+ foi publicado no website das Finanças Canadá (com o custo orçamentário estimado de cada medida).

³⁹ Embora a auditoria normalmente seja uma função *ex post*, algumas EFS identificaram formas inovadoras de aplicar controles durante a emergência da Covid-19. Um líder destacado dos chamados controles simultâneos é a EFS do Peru. Outro exemplo, durante a epidemia do Ebola, são as auditorias em tempo real do Serviço de Auditoria de Serra Leoa.

as mulheres (ligada ao ODS 5.2) durante a crise causada pela Covid-19.⁴⁰ Instituições como a **Iniciativa de Desenvolvimento da INTOSAI** e os Serviços Independentes de Avaliação e Auditoria da **ONU Mulheres** publicaram material de orientação sobre auditorias de gastos relacionados com a Covid-19 no tocante a questões de gênero. Dados da ONU referentes ao Indicador 5.c.1 dos ODS indicam que auditorias independentes de gênero são aplicadas em 19% dos países divulgadores (13 de 69 países). Alguns dos motivos para o uso limitado são: restrições de capacidade; falta de comunicação entre planejamento estratégico e orçamentação; e a pouca disponibilidade de dados desagregados por sexo sobre o acesso e uso dos serviços.⁴¹ Entre as EFS que fazem auditorias de gênero, destacam-se as do **México, Canadá e Áustria**.

Conclusões sobre a orçamentação sensível ao gênero

A orçamentação sensível ao gênero é uma abordagem estratégica para operacionalizar e monitorar políticas sensíveis ao gênero referentes à Covid-19. Oferece um marco com ferramentas específicas para serem aplicadas em cada estágio do ciclo de gestão das finanças: planejamento, orçamentação, execução e avaliação do desempenho do orçamento a partir da perspectiva de gênero. Evidências disponíveis sobre iniciativas nacionais oferecem pontos de partida para a aplicação de ferramentas específicas de orçamentação sensível ao gênero no contexto atual e como parte da recuperação a longo prazo. Medidas de política relativas à Covid-19 costuma ser aprovadas e adotadas com rapidez, o que realça ainda mais a importância do uso de ferramentas de definição e supervisão do desempenho público.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, M. e E. Hurst. 2007. "Measuring Leisure: The Allocation of Time over Five Decades." *Quarterly Journal of Economics* 122 (3).
- Alesina, A., A. Ichino e L. Karabarbounis, 2011. "Gender-Based Taxation and the Division of Family Chores." *American Economic Journal: Economic Policy* 3 (2).
- Alon, T., M. Doepke, J. Omstead-Rumsey e M. Tertilt. 2020. "The Impact of COVID-19 on Gender Equality." NBER Working Paper 2694, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Bastani, S. 2013. "Gender-Based and Couple-Based Taxation." *International Tax and Public Finance*, 20 (4): 653–86.
- Bekmez, S. e A. Ozpolat. 2016. "Hysteresis Effect on Unemployment for Men and Women: A Panel Unit Root Test for OECD Countries." *International Journal of Financial Research* 7(2).
- Blau, Francine D. e Lawrence M. Kahn. 2007. "Changes in the Labor Supply Behavior of Married Women: 1980-2000." *Journal of Labor Economics* 25 (3): 393–438.
- Boniol, M., Mclsaac, M., Xu, L., Wuliji, T., Diallo, K. et al. 2019. Working Paper: *Gender Equity in the Health Workforce: Analysis of 104 Countries*. Genebra: Organização Mundial da Saúde.
- De Henau et al. 2019. "Investing in Free Universal Childcare in South Africa, Turkey and Uruguay: A Comparative Analysis of Costs, Short-Term Employment Effects and Fiscal Revenue." UN Women Discussion Paper No. 28, Nova York.

⁴⁰ Auditorias integrais de desempenho geralmente são feitas *ex post*, para avaliar os benefícios que uma determinada medida de política tenha produzido para certos grupos populacionais. Embora seja possível realizá-las no decorrer de uma medida, auditorias normalmente exigem que a implementação esteja em uma fase avançada, para que os efeitos da medida sejam perceptíveis e estejam prontos para serem avaliados.

⁴¹ Definida como a "proporção de países com sistemas para designar e monitorar verbas públicas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres."

- De Henau, J. e Himmelweit, S. 2021. "A Care-Led Recovery from Covid-19: Investing in High-Quality Care to Stimulate and Rebalance the Economy." *Feminist Economics* 27(1–2): 453–69.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2017. *Gender Budgeting in G7 countries*.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2020. *Elaboração de orçamentos em tempos de crise: guia para preparar o orçamento de 2021*. Série especial sobre a COVID-19, Washington.
- Grown, C. e Valodia, I. (org.). 2010. *Taxation and Gender Equity: A Comparative Analysis of Direct and Indirect Taxes In Developing and Developed Countries*. Abingdon-on-Thames, Reino Unido: Routledge.
- Joyce, R. e X. Xu. 2020. "Sector Shutdowns during the Coronavirus Crisis: Which Workers are Most Exposed?" IFS Briefing Note, BN 278, Institute for Fiscal Studies, Londres.
- Papanikolaou, D. e L. Schmidt. 2020. "Working Remotely and the Supply-side Impact of Covid-19." NBER Working Paper 27330, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Pierri, N. e Y. Timmer. 2020. "Tech in Fin before FinTech: Blessing or Curse for Financial Stability?" Working Paper No. 20/14, Fundo Monetário Internacional, Washington.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2019. *Beyond Income, Beyond Averages, Beyond Today: Inequalities in Human Development in the 21st Century*. Human Development Report. Nova York.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2020a. "Temporary Basic Income: Protecting Poor and Vulnerable People in Developing Countries." Transitions Series Working Papers, Nova York.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2020b. *Gender Gaps in the Care Economy during the COVID-19 Pandemic in Turkey*. Research Brief, Nova York.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2021. *Protecting Women's Livelihoods In Times of Pandemic: Temporary Basic Income and the Road to Gender Equality*. Nova York.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e ONU Mulheres. 2021. *Covid-19 Global Gender Response Tracker*, Version 2. Global Factsheet, Nova York.
- Stotsky, J. 1996. "Gender Bias in Tax Systems." IMF Working Paper WP/96/99, Fundo Monetário Internacional, Washington.
- ONU Mulheres. 2020a. *Gender Equality: Women's Rights in Review 25 Years after Beijing*. Nova York.
- ONU Mulheres. 2020b. *From Insights to Action: Gender Equality in the Wake of Covid-19*. Nova York.
- ONU Mulheres, PNUD e Pardee Center. 2020. *Estimates and Forecasts of Extreme Poverty by Sex and Age Using the International Futures Model*. Technical Note, Nova York.
- ONU Mulheres. 2021. *COVID-19 and Fiscal Policy: Applying Gender Responsive Budgeting in Support and Recovery Measures*. Nova York.